



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (Unilab)**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

ANTONIEL DO NASCIMENTO VIDAL

**HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS E
PROFESSORES EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM REDENÇÃO, CEARÁ**

REDENÇÃO - CE

2017

ANTONIEL DO NASCIMENTO VIDAL

HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS E
PROFESSORES EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM REDENÇÃO, CEARÁ

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Bezerra

REDENÇÃO – CE

2017

ANTONIEL DO NASCIMENTO VIDAL

HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS E PROFESSORES EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE REDENÇÃO – CEARÁ

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de bacharelado em humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a conclusão da disciplina TCC2, sob orientação do Prof. Dr Carlos Eduardo Bezerra.

Aprovado em: ___/___/____. Nota: ____.

Coordenação do curso de Bacharelado em Humanidades

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof^a. Dra. Luma Nogueira de Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof^a. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

RESUMO

Esse projeto de pesquisa se origina da necessidade de analisar como a homofobia está presente nos espaços educacionais, de forma mais precisa, buscando analisar as percepções de docentes e discentes de uma escola de Ensino Médio na cidade de Redenção, Ceará. Partindo da observação que, pelo menos parte da sociedade atual busca a efetividade de mudanças, principalmente no que tange a dissipação de preconceitos e a construção de igualdade, este estudo também busca compreender como os debates quanto as sexualidades se tornam ou não frequentes dentro desses espaços institucionais, destacando também as posições do estabelecimento de ensino pesquisado quanto a possíveis casos de violência homofóbica. O presente projeto possui caráter exploratório-descritivo, buscando explorar o espaço institucional e, posteriormente, descrever conjuntamente a partir de observações acerca da problemática estudada. A utilização de técnicas de pesquisa se dará pelo processo de observação – não participante -, aplicação de entrevistas e questionários com os agentes que se propuserem a participarem voluntariamente da pesquisa. Portanto, pretende-se com a realização da pesquisa, a partir dos dados levantados, contribuir para que a escola seja um espaço de constante debate quanto ao assunto pesquisado, propiciando, posteriormente, um espaço mais igualitário e respeitoso com as diferenças sexuais existentes na sociedade.

Palavras-chave: Homofobia, preconceito, sexualidades, educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. JUSTIFICATIVA.....	9
2. OBJETIVOS.....	12
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4. METODOLOGIA.....	20
5. CRONOGRAMA.....	24
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

INTRODUÇÃO

Diante de uma sociedade com fortes características tradicionais, entre elas a heteronormatividade compulsória (RICH: 2010), toda e qualquer forma de sexualidade que se posicione no contexto social como diferente daquela vista como “normal” tende a sofrer algum tipo de repressão. Esses tipos de repressão podem surgir nas instituições que prezem pelo prosseguimento da norma heterossexual, sendo a escola uma das suas maiores difusoras.

Quando se fala de heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória, pretende-se abordar uma questão que já está atribuída ao indivíduo desde a infância, ou seja, o gênero pertencente ao masculino ou ao feminino e tende a exigir características e disposições para os mesmos. Nesse processo de aprendizado e repressão de tudo que fuja da normalidade, Reis (2015, p. 49) busca demonstrar que:

Desde o nascimento, aprendemos o que é proibido e o que é permitido, a partir da convivência familiar, da escola, da igreja, enfim, da sociedade. A construção desse processo se dá de forma tão gradativa que a maioria acaba por considerar “normal” aceitar as repressões existentes.

Quanto a isso, durante o processo de crescimento, o indivíduo passa por um processo de educação/adequação ao seu gênero sexual, sendo algo necessário como construção cultural. A partir disso, a sexualidade masculina e feminina, em específico a heterossexual, passa a ser vista como um padrão para cada um dos gêneros. Quando a sexualidade passa a não ter as expectativas esperadas para cada um dos gêneros atribuídos aos corpos sexuais, a mesma passa por um momento de indagação, surgindo um processo de constante policiamento, buscando garantir que essa norma seja constantemente seguida.

Dentro desse processo de adequação sexual esperada, a sexualidade passa a ser vista em um sistema de divisões sexuais, pondo sempre a heterossexualidade como normal e superior a todas as demais, que estes passam a ser vistos como acidentais e anormais dentro do contexto social somente por existir um padrão construído historicamente. A partir disso, Borrillo (2010, p. 31) busca conceituar essas divisões sexuais como heterossexismo, sobre o qual o autor afirma que:

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada *heterossexismo*, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior.

Quando partimos para o preconceito ao público que abranja pessoas que se diferem dessa norma, podemos notar o termo LGBTfobia¹, um termo recente e abreviado empregado a população lésbica, gay, bissexual, transexual e travesti. Dentro desse termo, buscarei aprofundar somente no conceito de homofobia, ou seja, o tipo de repressão sofrido por gays e lésbicas, como parte do projeto de pesquisa. Segundo Borrillo (2015, p. 13), o termo homofobia pode ser definido como a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto homens ou mulheres. Segundo Ribeiro, a homofobia

é [...] uma tecnologia, inserida dentro da estrutura de gênero, cujo objetivo é a construção e posterior manutenção da masculinidade e feminilidade hegemônicas, suprimindo e cerceando as diversas outras formas de performatividades possíveis, sendo que a homofobia atua pelos olhares, pela ação, pelo insulto, pela omissão, pela jocosidade e, em graus mais extremados, pela violência física; e ela é essencial na perpetuação do homem e da mulher “de verdade”, ainda que os agentes destas engrenagens possam se encontrar como vítimas no momento em que, naturalmente, eles falham [...]²

Quando partimos para o contexto escolar, a homofobia apresenta-se de diversas formas, sendo mais notada a homofobia simbólica, ou seja, aquele tipo presente nos discursos de partes de estudantes, e até mesmo docentes, ou outros funcionários de instituições escolares, como: hostilidade, piadas, chacotas, comentários jocosos e podendo chegar a agressões físicas, afetando a saúde psíquica da pessoa envolvida nesses atos preconceituosos, causando problemas maiores no decorrer do tempo.

Um problema notável dentro desse ambiente para aqueles/aquelas que sofrem esse tipo de repressão é o alto nível de evasão escolar involuntária, o isolamento de grupos de amigos, sendo rotas de “fuga” para não sofrer esse tipo de repressão presente no senso comum desses agentes envolvidos. Segundo Reis (2015, p.32) “A homofobia presente na sociedade certamente ecoa na escola, às vezes com mais crueldade entre os(as) próprios(as) estudantes, que estão na fase de limites e reações”. Louro (2015, p. 30) busca descrever o ambiente escolar da seguinte forma:

[...] sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou

¹ Busco utilizar o termo LGBT, por ser visto como um termo mais comum, embora aja a inclusão de outras formas de sexualidade em termos mais abrangentes.

² Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/getpol/article/viewFile/8167/5827> Acessado em; 18.07.2017

vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância.

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), um estudo feito a partir dos níveis de violência por orientação sexual no Brasil, em 2016, fora contabilizado cerca de 343 assassinatos de pessoas LGBT, indicando que, a cada 25 horas um LGBT é morto no Brasil. Infelizmente, esses números podem mostrar um nível alarmante de violência a um grupo minoritário que é constantemente alvo de discriminação e outros tipos de hostilidade por questões individuais de orientação sexual. Existe uma grande probabilidade de estes números aumentarem, se caso não houverem mobilizações construtivas de leis que criminalizem essa prática violenta. Ao apontar sobre a construção de leis, também é necessário apostar em políticas educacionais, propondo que ensinamentos/debates quanto à temática de sexualidades se tornem efetivos dentro dos ambientes e currículos escolares.

Dentro do que já foi apresentado anteriormente, o presente projeto de pesquisa parte de uma necessidade de investigar como a problemática de homofobia se encontra presente no espaço educacional a ser pesquisado, analisando as percepções de discentes e docentes da instituição. Anteriormente, pretende-se analisar as percepções quanto ao que venha ser homofobia nas visões dos agentes a serem voluntariamente participantes, para posteriormente fazer uma análise geral sobre o espaço pesquisado.

Numa abordagem metodológica para concessão de dados, o presente projeto possui caráter exploratório-descritivo, buscando explorar o espaço institucional e, posteriormente, descrever os dados analisados conjuntamente a partir de observações acerca da problemática estudada. A utilização de técnicas de pesquisa se dará através do processo de observação, realização de entrevistas e aplicações de questionários com os agentes que se propuserem a participar voluntariamente da pesquisa. Para que haja um melhor empenho nesse processo de metodologia, é necessário, anteriormente, consultar as referências bibliográficas que tratam do assunto como forma de maior entendimento da problemática e os problemas enfrentados por quem se caracteriza nos diferentes espaços da sociedade e os sujeitos envolvidos neles como a população LGBT.

Pontando, pretende-se com a realização do estudo, a partir dos dados levantados, contribuir de alguma forma para que a escola seja um espaço de constante debate quanto ao assunto pesquisado, propiciando posteriormente, disponibilizar conhecimentos que tenham como foco tornar a escola um espaço sem violência – física e simbólica – por

questões de orientação sexual que produz. Buscar conjuntamente com a instituição que ações de prevenção dessas práticas também compõem um objetivo desta pesquisa, garantindo que o espaço possua um constante debate sobre a temática de sexualidade, tornando-se efetivamente presente nos currículos das disciplinas que são ministradas no contexto da escola.

1. JUSTIFICATIVA

Dentro de uma sociedade aparentemente consolidada, com seus padrões e valores normativos já definidos, a escola se apresenta como uma instituição consagrada e responsável pelo processo de educação dos indivíduos para ingresso nessa rede de relações sociais. A escola, como um espaço de construção educacional coletiva, possui a função de educar para a cidadania, buscando adaptar os indivíduos envolvidos nesse processo de aprendizado as regras existentes externamente a escola (BRASIL, 1997).

Partindo para um contexto de diferenças, a escola, como um local de constantes trocas e compartilhamento de saberes, possui a função de desconstruir tudo aquilo que busque a completa efetividade de um ambiente de diferenças, favorecendo as relações interpessoais. Abordar que a escola possui esta função de desconstruir diferenças e/ou preconceito é realmente verdadeiro, porém nos remete a um real confronto sobre a efetividade desses processos.

Quando busco me referir as diferenças, é necessário destacar que a escola se apresenta como principal instituição reprodutora da norma heteronormativa, ou seja, garantindo um respaldo cultural somente àqueles/aquelas que se enquadrem como “homem ou mulher” numa perspectiva heterossexual, tornando-se em dogmas que de maneira alguma devem ser contestados e somente seguidos e/ou reproduzidos. Já a questão da efetividade de suas funções como instituição de ensino, é importante demonstrar aqui, que a escola não possui um plano educacional que garanta de fato o favorecimento de um espaço acolhedor a uma gama de diferenças existentes, e sim a um prosseguimento de uma norma heterossexual que favorece somente aos que venham a parecer-se como tais.

A partir disso, a sexualidade que se apresente como diferente, passa a ser um objeto de silenciamento dentro desses espaços, traduzindo-se como um local de “não-

pertencimento” dos indivíduos que não se apresentam conforme o padrão esperado. Da mesma forma, abordar assuntos que fujam desse padrão de normalidade não são frequentes dentro dessas instituições devido existir uma necessidade de dar prosseguimento à normatividade construída sobre os corpos sexuais.

Apesar de vivermos em uma sociedade da informação, onde tudo que se refere ao conhecimento é notadamente fácil de se conseguir, a escola mostra-se um pouco deficiente nesse processo de ensino, tornando o debate de sexualidades como algo transversal, só necessário se houver de fato espaço entre outros temas e conteúdos considerados mais importantes dentro de valores da educação formal. O isolamento desse tipo de conhecimento parte até de uma questão docente, acredita-se que se caso não houver esses debates em sala de aula, a sociedade se encarregará de educar os indivíduos de acordo com o que se espera.

O não debate sobre questões de sexualidade em sala de aula, que visem mostrar e desconstruir uma série de pensamentos errôneos sobre pessoas que são identificadas como “diferentes” por parte da sociedade, se faz mais que necessário, devido a uma necessidade de construir um espaço acolhedor entre todas as pessoas, propiciando melhores relações afetivas e pessoais. Ao me referir aos pontos positivos quanto o ensino de sexualidades em sala, busco caracterizar que esses espaços devem propiciar um convívio harmonioso a todos e todas, e geralmente não o fazem assim. É perceptível notar os grandes níveis de evasão escolar por parte de estudantes que são alvo cotidianamente de todos os tipos de agressões, sejam elas físicas, verbais e psicológicas, tão somente por um “não enquadramento” na norma heterossexual.

Além da presença desses tipos de violência – física, verbal e psicológica -, muitos estudantes acabam por se isolar, acreditando ser a melhor maneira de não ser alvos de novos atos ofensivos. Diante disso, além da perda da oportunidade de concluírem seus estudos de forma tranquila, muitos acabam levando marcas definitivas em suas vidas.

A escola se torna um espaço de constante controle e policiamento, teoricamente se traduzindo como uma “prisão”, buscando cotidianamente moldar os indivíduos da forma que desejam e são exigidos. Assume a posição de uma torre de controle, constantemente analisando aqueles/aquelas que provisoriamente não estão se enquadrando aos padrões exigidos pela instituição escolar e a sociedade como um todo, construindo uma espécie de olhar panóptico (FOUCAULT, 1987).

Segundo Reis (2015, p.49) “A norma é ser heterossexual e cumprir os papéis social e culturalmente atribuídos aos gêneros. A pressão existe para se conformar a esta norma, mesmo quando a vontade, a orientação sexual e/ou a identidade de gênero da pessoa seja outra”. Reis (2015, p. 50) continua afirmando que:

Dentro desse contexto, as manifestações da sexualidade e as práticas sexuais que não seguem esse padrão são, ainda, propensas a rejeição, à condenação e mesmo a violência. No caso das pessoas LGBT, essas reações – homofóbicas – contrárias a algo que lhes é inerente, são a soma de toda a construção social da sexualidade humana [...].

Outra definição que é importante abordar, e que se faz presente dentro do espaço escolar como uma técnica de controle, é a de heteroterrorismo, que, na sociedade em geral e na escola em específico, é altamente reproduzido. Para Bento (2011, p. 552):

As reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica.

Bento ainda afirma que:

A produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade. A escola é uma das instituições centrais nesse projeto (2011, p. 554).

É importante destacar que a presença da homofobia também possui fins a partir de uma construção judaico-cristã, que nega qualquer prática homossexual e/ou qualquer tipo de prática sexual que não seja enquadrada na forma heterossexual. Esse processo de não reconhecimento acarreta em problemas maiores para os que não são de fato reconhecidos.

Ao me referir a esse processo de prática de violência a si mesmo, nota-se a presença da homofobia internalizada (BORRILLO, 2015), onde o indivíduo que aparentemente se apresenta como homossexual, repudia qualquer característica que o coloca como um homossexual, partindo de ações de negação a própria prática homossexual, buscando a qualquer custo se enquadrar a um perfil modelo de heterossexualidade. A partir dessa negação internalizada, parte uma necessidade do indivíduo envolvido de buscar um maior reconhecimento perante a sociedade, buscando se enquadrar em um perfil que o torne visibilizado como heterossexual, pois, acredita-se que, se caso houver características que o coloque como homossexual, o mesmo não receberá o reconhecimento necessário de um heterossexual.

A partir de tudo que já foi apresentado, a escola deve assumir uma posição de uma instituição preocupada com as questões de acolhimento ao público estudantil, dando de fato um constante olhar de valorização sobre todos e todas que se reconheçam como diferentes diante da norma, contribuindo nesse processo de construção de um local harmonioso e sem preconceitos. Portanto, este projeto se justifica por uma maior necessidade de investigar como se dá a presença dos discursos homofóbicos dentro desses espaços de controle, buscando propiciar uma completa propagação quanto ao conhecimento do tema pesquisado dentro desses espaços, auxiliando nesse processo de ensino e desconstrução de um contexto homofóbico, propiciando uma nova formulação quanto aos verdadeiros papéis como instituição educacional, principalmente no que tange ao favorecimento das diferenças existentes, deixando de lado uma concepção de um modelo heterossexual visto unicamente como “normal” e, reconhecendo de fato aqueles/aquelas que se apresentam como diferentes.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar como a homofobia e as suas consequências se encontram presentes dentro dos espaços educacionais, a partir das percepções de docentes e discentes da instituição escolar a ser pesquisada.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Verificar as percepções de membros – discentes e docentes - da comunidade escolar a respeito da homofobia;
- Constatar a possível presença de discursos homofóbicos nas falas de membros da comunidade escolar;
- Detectar a possível existência de práticas de ensino que discutam o respeito as diferenças e a diversidade sexual;
- Apontar a existência de ações institucionais por parte da gestão escolar e do corpo docente diante de casos de homofobia – se caso houver.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em busca de analisar a existência da homofobia na sociedade, existe uma necessidade de remontar um percurso histórico no qual se busca definir como as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo eram tratadas nesse contexto de passado e as suas relações com o contemporâneo. Conforme apontou Borrillo (2015, p. 43) “A sexualidade que caracterizava o universo antigo outorgava na vida social, toda a legitimidade às relações entre homens e entre mulheres”. Ao se apontar essa questão, pode-se perceber que as relações homoafetivas eram permitidas em sociedades greco-romanas, no qual constituía-se como uma atividade de iniciação na vida sexual dos participantes. Portanto, seguindo com a afirmação desta concepção, Borrillo (2015, p. 45) afirmou que:

A Grécia Antiga reconhecia oficialmente os amores masculinos; se as relações sexuais entre homens desempenhavam uma função iniciática, nem por isso tais ritos estavam desprovidos de desejo e prazer. Assim, impregnada por essa atmosfera de erotismo viril, a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima. Com efeito, embora a relação entre o adolescente (*eromenos*) e o adulto (*erastes*) assumisse o caráter de uma preparação para a vida marital, os atos homossexuais usufruíam de verdadeiro reconhecimento social.

Apesar da homossexualidade na sociedade romana possuir liberdade e reconhecimento social, existiam algumas regras já conferidas para quem a praticasse na Roma Clássica, dentre elas que o cidadão não se afastasse de seus deveres para com a sociedade, não utilizasse pessoas de classe inferior para uso de prazer pessoal e, conseqüentemente, nunca atribuir a si a relação de passivo junto a seus subordinados (BORRILLO, 2015). Dando continuidade a ideia do autor citado anteriormente, essa relação de assumir a passividade nas relações sexuais era algo não aceito, pois, se um homem adulto continuasse a ter atividades sexuais como passivo, possuía grandes riscos de ser vítima de zombarias. Portanto, conforme Borrillo (2015, p. 47):

A regra segundo a qual a virilidade consiste em assumir o papel ativo na relação sexual era comum à moral das duas civilizações. As dicotomias “macho/fêmea”, “ativo/passivo” definiam os papéis sociais, o acesso ao poder e a posição de cada indivíduo segundo seu gênero e sua classe.

Ao analisar a existência da homofobia em sociedades pretéritas, podemos nos remeter à forte presença da ideologia judaico-cristã que começa a se propagar por todo território romano, posteriormente impondo suas práticas ideológicas em todas aquela sociedade e em outras. Conseqüentemente, as liberdades para práticas homossexuais passaram por uma constante repressão por parte do estado romano, uma vez que o

cristianismo se tornou religião oficial do estado, buscando assegurar que nenhuma prática do tipo se mantivesse em sociedade.

Com essa regra imposta pelo cristianismo, que se caracterizava pela total visibilidade as práticas sexuais heterossexuaia, objetivando a reprodução, fazendo com que a heterossexualidade assumisse uma posição de sexualidade natural e divina. Portanto, a homossexualidade, que antes era institucionalizada, passará por um momento de “caça”, onde se pretendia que relações homossexuais não mais acontecessem e seriam vistas como perversas perante a ideologia que o cristianismo pregava. Sendo assim, Borrillo afirma que “A sexualidade não reprodutora – e, em particular, a homossexualidade, forma paradigmática do ato estéril por essência – constituirá, daí em diante, a configuração mais acabada do pecado contra a natureza” (2015, p. 44). Quanto a isso, os homossexuais passaram a receber o título de pecadores contra a natureza, tornando-se, até os dias atuais, inviabilizados diante de uma norma sexual construída com o propósito de regular as atividades de reprodução especificamente entre homens e mulheres heterossexuais.

Os discursos de contrariedade a homossexualidade passam a ser frequentes, inclusive em momentos contemporâneos, onde fundamentalista assumem seus discursos preconceituosos contra esses agentes, com base no que se encontra escrito na Bíblia Sagrada. Dando prosseguimento a construção dessa ideia, o Estado passou a ser um mecanismo de luta por parte do cristianismo, criando ações políticas que garantissem o prosseguimento dessa norma heterossexual recém construída e suas relações de poder. Portanto, novamente apontando uma construção sobre esse mecanismo estatal para prosseguimento da norma, Borrillo (2015, p. 48) aponta que:

Sob a influência do cristianismo, o Império Romano empenha-se na repressão das relações entre pessoas do mesmo sexo. A crença na qualidade natural e a moralidade das relações heterossexuais monogâmicas – e, correlatamente, a percepção da homossexualidade como prática nociva para o indivíduo e a sociedade – levam o imperador Teodósio 1º, em 390, a ordenar a condenação à fogueira de todos os homossexuais passivos. De acordo com o *Código Teodosiano* (Teodósio II, 438), a atitude passiva, associada necessariamente à feminilidade, implicava uma ameaça para o vigor e a sobrevivência de Roma.

A sexualidade, que até este momento era utilizada também para fins de prazer, passa então posteriormente a ter uma nova função, unicamente a procriação. Função esta construída por base cristã, que buscava afirmar que as relações sexuais entre pessoas do

sexo oposto – relações normais – tinham tão somente a função de procriação. Dentro desta concepção apresentada, afirmou Foucault (1988, p. 9-10):

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais.

Além do julgamento religioso, a homossexualidade vai ser estudada clinicamente³ e surge assim também a designação a anormalidade, podendo sofrer sanções penais por essas práticas (FOUCAULT, 1998). Assumir uma posição de sexualidade “diferente”, acarretaria em maiores problemas na sociedade. Portanto, existe uma ação de policiamento contínuo para que a norma seja prosseguida e resguardada, para que não haja uma “fuga” desse padrão instituído culturalmente.

A partir da construção dessas relações de poder, torna-se necessário entender que, não somente a base cristã definiu as diferenças entre os sexos, como também as posicionaram hierarquicamente, pondo as relações homossexuais fora de contexto e, a posição da mulher como um objeto inferior que possuía somente as funções de procriação. Durante muitos anos, essas diferenças atribuídas aos gêneros masculino e feminino, se deram por uma concepção determinada biologicamente, pondo a mulher em posições inferiores, conseqüentemente sendo consideradas como tais – apontado anteriormente. Dentro disso, Louro (2014, p. 24) indica que:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e *justificar* – a desigualdade social.

Complementando essa construção teórica construída por Louro anteriormente, Reis (2015, p. 37) busca também conceituar esse contexto de diferenças sexuais desiguais, atribuídos aos sexos, importando dar a invisibilidade traduzida as mulheres historicamente. Portanto, conforme indica:

Com base neste ponto de vista filosófico, o homem era considerado um ser racional, tendo a capacidade de distanciar-se das emoções e paixões e, no seu

³ Interessante apontar que não se torna mais adequado na contemporaneidade o uso do termo “homossexualismo”, pois data de um período onde a homossexualidade era tratada como uma patologia perante a sociedade.

lugar, atingir cada vez mais a pureza espiritual. Já a mulher era percebida como sendo essencialmente passional e, portanto, incapaz de alcançar esse estado.

Foucault, por meio de observações acerca da estruturas de poder que foram construídas historicamente sobre os corpos, que são identificados socialmente como homens e mulheres, masculino e feminino e obrigatoriamente seguindo a sexualidade heterossexual firmada em seus desejos sexuais, busca apontar que existem sistemas de resistências desses corpos que são submetidos a imposição, teoricamente busca-se demonstrar o papel da mulher ao longo de anos, na qual buscava por maior igualdade de direitos, pois, somente o homem heterossexual possuía completa efetividade de atuação em sociedade, sendo a mulher notada como um “objeto” que tinha por função procriar, cuidar dos filhos e dos afazeres do lar. Portanto, nas palavras do autor, Foucault (1988, p. 91) busca afirmar que “[...] onde há poder há resistência [...]”.

Buscando analisar o contexto contemporâneo e os sistemas de relações de poder contidos nele, é perceptível notar que diferenças de gêneros ainda são existentes, porém, as mulheres possuem seu lugar na sociedade, sendo visibilizadas pelo que são e lutaram para ser ao longo de anos. Posteriormente, é necessário apontar que a sexualidade foi e ainda continua sendo palco de constantes debates, inclusive quando esta não assume uma posição de sexualidade “normal”, ou seja, aquela sexualidade que remonta visibilidade e reconhecimento aos heterossexuais.

Ao apontar a existência da discriminação homofóbica na contemporaneidade, somos remetidos a verificação de métodos educacionais que se comprometam a busca de desconstrução de preconceitos contra este grupo que foi e é constantemente inviabilizado por uma questão de orientação sexual. Para tanto, a escola se apresenta como uma instituição que possui o papel de educar, construindo uma imagem de cidadão em seus sujeitos. Porém, pelo que se percebe atualmente, a escola se torna mais um espaço que descaracteriza o sujeito homossexual, tão somente por ter o desejo e função de dar prosseguimento a uma norma já instituída em sociedade, a heterossexual. Portanto, seguindo essa lógica, Louro (2013, p. 45-44) afirma que:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem a obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico.

Dando andamento na construção dessa posição da autora, Louro define o ser excêntrico como aquele ou aquela que se encontra fora do centro, o extravagante e o esquisito, ou seja, assumindo uma posição de diferente perante uma regra que foi instituída historicamente (LOURO, 2013). A partir desta concepção, a discriminação por orientação sexual está contida em um processo compulsório construído acerca da sexualidade. Dentro desse aspecto, a sexualidade é atribuída e designada ao sujeito desde o âmbito do nascimento, seja ele/ela masculino ou feminino, existirão atribuições culturais que exigem que condutas e comportamentos sejam designados a ambos os sexos. Portanto, segundo aponta Bento (2011, p. 550):

Quando a criança nasce, encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para o seu futuro, levando-se em consideração para projetá-la o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que supunha causa.

A partir desta afirmação, a instituição escolar busca garantir que essas concepções ainda sejam mantidas dentro desses espaços, automaticamente criando meios que dividem sujeitos do sexo masculino e feminino, atribuindo atividades que se enquadram nos padrões normativos para cada sexo. Ao apontar sobre as atividades de formação dadas as instituições escolares ao longo do tempo, inclusive numa concepção que garante o prosseguimento da norma, é importante destacar que a escola, em diferentes momentos de sua criação, possuía/possui a atribuição de construir cidadãos responsáveis para a sociedade, de homens e mulheres virtuosos e de elites condutoras (LOURO, 2014). Dentro deste ponto, ao notar que a instituição possui por função formar homens e mulheres de elites condutoras, relaciona-se que esses sujeitos não podem possuir uma sexualidade que diferem dos padrões normalizadores sobre os sexos.

A escola, por existirem preocupações de propagação desta norma regular sobre os corpos sexuais, a instituição assume um caráter de maior propagadora da homofobia, somente por não abrigar em seus discursos educativos, meios que deem visibilidade a esse grupo. A escola está constantemente ligada no processo de construção de gêneros e sexualidades, obviamente esperando que uma sexualidade neutra e normal seja mantida. Devido a isso, as outras identidades de gênero e sexuais passam a ser esquecidas, ou até mesmo isoladas e, cotidianamente vigiadas. A partir desta afirmação, Balestrin e Soares (2015, p. 50) buscam afirmar que:

As identidades de gêneros e sexuais, tanto as consideradas dentro das normas, como as consideradas desviantes, são fortemente policiadas e produzidas por meio da escolarização. Se por um lado, professores/as e alunos/as gays e lésbicas sofrem pressões particulares, por outro, a sexualidade “normal” deve ser, ao mesmo tempo e paradoxalmente, incentivada e continuada.

Devido a existência desses padrões presentes em sociedade e, conseqüentemente dentro da escola, o sujeito que não se enquadra nesses padrões estabelecidos de condutas e comportamentos viris de sexualidade esperada, tende a sofrer represálias por parte de estudantes, docentes e inclusive, funcionários diversos que compõem a rotina escolar. Dentro desse aspecto de repressão transferido para esses sujeitos que são caracterizados como de sexualidades desviantes, a prática de violência simbólica se torna mais frequente, cotidianamente usando de meios verbais para prática de rebaixamento destes/destas que não assumem a heterossexualidade padronizada nos desejos sexuais. A partir disso, Louro (2015, p. 27) buscando afirmar esta concepção apresentada, aponta que:

As coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofóbica.

Toda essa perspectiva entre os sexos construída historicamente afeta, em diversos momentos, a vida de sujeitos que são excluídos por uma questão de sexualidade diferenciada. Esse comportamento homofóbico presente nas instituições escolares acarreta em uma gama de problemas, sendo o mais presente os sentimentos de não pertencimento ao grupo hegemônico heterossexual, causando um problema de intimidação e medo, podendo causar a evasão escolar. Nesse aspecto, traumas psíquicos, morais e físicos também são atribuídos a prática de discriminação homofóbica (BORGES et al. 2011). Dentro dessa questão de traumas que são acarretados pelas diversas formas de repressão e isolamento que sofrem os sujeitos homossexuais, a homofobia internalizada passa a ser muito presente nesses momentos, causando problemas internos que, conseqüentemente são causados por estes/estas assimilarem muitos valores negativos a respeito da homossexualidade. Devido a isso, o indivíduo passa a buscar se engajar na norma hegemônica heterossexual, pois, se vê como errado perante o contexto social (REIS, 2015).

Para tanto, dando continuidade ao processo de delimitação teórica do objeto a ser estudado, Louro ainda busca afirmar que a homofobia:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (2015, p. 29).

Outro fator que se encontra presente nas instituições, anteriormente destacado, é a posição panóptica que serve como um sistema de vigilância que busca garantir a efetividade de comportamentos que são esperados socialmente, ou seja, possuir atitudes comportamentais que não fujam de um padrão já estabelecido na cultura. O panoptismo presente nas escolas, além de possuir as funções antes destacadas, desejam propor soluções disciplinares àqueles/as que se desviam das regras exigidas em contexto educacional. Portanto, para Foucault (2014, p. 196) afirma que:

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas.

Portanto, a escola e configura com um ambiente parecido com a de uma prisão no que tange à sua disposição física, tendo as salas de aula como celas, as salas da diretoria escolar como uma sala de vigilância e, obviamente os muros que impedem o contato com quem esteja do lado externo da instituição. A partir desta perspectiva, é por meio da disciplina que o método educativo possa ter sua completa efetividade (BORGES, 2005). Ao relacionar o panoptismo com a homofobia, a instituição escolar está constantemente buscando garantir o padrão social entre todos que fazem parte da mesma, ou seja, se um estudante do sexo masculino assume atitudes que o caracterizam como feminino, automaticamente existe uma necessidade de disciplinamento, não sendo essas atitudes e comportamentos permitidos dentro desses ambientes, justamente para que haja um padrão, como no estipulado nos fardamentos escolares, por exemplo.

Infelizmente, essa técnica de avaliação de condutas com o objetivo de policiar estudantes para que as normatividades sejam mantidas, acarretam em um constante policiamento próprio, analisando se as atitudes que são necessárias para se manter como “normal” estão sendo realizadas. Diante deste projeto de pesquisa, assumindo um caráter de hipótese, as diversas formas de repressão por orientação sexual dentro dos ambientes escolares, possivelmente só ocorrem por não haver um posicionamento contínuo acerca dos ensinamentos de sexualidades, que garantem que hajam conhecimentos sobre este grupo que constantemente é discriminado socialmente. Para tanto, se ocorre discriminação contra esse grupo nesses ambientes, é porque de fato não existem a

efetividade completa desse tipo de conhecimento. É preciso estar atento, também, que as construções das subjetividades não está presente apenas na escola, sendo esta apenas mais uma ferramenta na construção de uma sociedade, pois, existe outros sistemas externos a ela que exigem que comportamentos padronizados sejam seguidos. Como exemplos, pode-se citar as instituições religiosas, a família e a própria mídia. Porém, a escola se torna uma estrutura maior que busca reger e constantemente afirmar os dogmas instaurados sobre as sexualidades em sociedade.

Buscando apontar sobre o aspecto geral de ensino de sexualidades em instituições escolares, o mesmo é garantido desde 2010 por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ano de 1997. Trata-se de um dos objetivos dos PCNs, articular ações educativas que permitam que o estudante possa conhecer uma gama de conhecimentos que o permita se engajar em sociedade portando a condição de cidadania. Portanto, segundo o PCNs, um dos objetivos nas quais devem ser cumpridos quanto conhecimento, confere-se que o estudante deva:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e coletivas (BRASIL, 1997).

Para fins de finalização desta construção teórica, pode-se perceber da importância de serem trabalhados assuntos que protagonizem aspectos da vida cotidiana de sujeitos que são submetidos e se assujeitam as diversas formas de repressão por questão de suas orientações sexuais, em específico dentro dos ambientes escolares – objetivo dessa investigação. Para tanto, será utilizado o método qualitativo de pesquisa, usando técnicas que permitam que o estudo seja efetivado e que posteriormente possa haver um parecer consolidado sobre esses espaços educacionais de construção coletiva.

4. METODOLOGIA

Este projeto consiste de uma necessidade de se analisar os processos de disseminação da homofobia dentro do ambiente escolar a partir das percepções dos agentes envolvidos no desenvolvimento do estudo. Em específico, o local de estudo se dará em uma escola de ensino médio da cidade de Redenção, Ceará. Portanto, para que o processo de pesquisa seja proveitoso, obtém-se a necessidade de utilizar o método

investigativo correto, afim de coletar dados que, analisados posteriormente, possam servir como um processo de disseminação de conhecimentos acerca do objeto de estudo pesquisado.

Como um processo que busca analisar o meio social e as relações individuais e coletivas entre os indivíduos, o método científico a ser explorado possui característica qualitativa. Conforme Creswell (2010, p. 211), “[...] a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes”. Este método investigativo, propõe a finalidade de buscar a compreensão do meio social que se busca estudar, deixando de lado um caráter contabilístico e/ou quantitativo, focando nas ações de entendimento e condições individuais e coletivas dos agentes participantes na etapa de pesquisa de campo.

Visto o processo de desenvolvimento da pesquisa, a mesma possui característica exploratória-descritiva, pois, conforme indica Marconi e Lakatos (2010, p. 171): “[...] são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”. A partir de então, propõe-se explorar e descrever o cotidiano da instituição escolar que consistirá de objeto de estudo, detalhando de forma precisa se existe ou não a presença de preconceito homofóbico dentro do espaço institucional. Dentro de análises teóricas, existe uma necessidade de realizar um levantamento bibliográfico, buscando apontar as principais obras a respeito da temática estudada. Conforme aponta Severino (2007, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (2007, p. 122).

A partir de então, o levantamento bibliográfico consistirá de um trabalho em identificar os materiais já publicados, apontando livros, artigos e teses, como os materiais a serem mais utilizados durante a pesquisa. Haverá também, a necessidade de investigar documentos que consistem as obrigações das instituições escolares no que tange ao ensino, buscando destacar aspectos que garantem o ensino de sexualidades nessas instituições.

De posse de materiais bibliográficos a serem utilizados como estudo, inicia-se um processo de análise, se configurando como leitura exploratória e seletiva. Segundo Gil

(2010, p. 59), a leitura exploratória “[...] é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa a pesquisa”. Posteriormente, segundo o mesmo autor, “após a leitura exploratória, procede-se a sua seleção, ou seja, à determinação do material que de fato interessa a pesquisa”.

No que consiste da análise documental de materiais que forneçam informações importantes para a pesquisa, existe uma necessidade de pesquisa dentro da própria instituição envolvida no estudo, pois, conforme indicado anteriormente, parte uma necessidade de investigar os documentos que regem o processo educativo das instituições escolares. Portanto, necessariamente se faz necessário analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, buscando apontar pontos que destaquem a efetividade ou não de ensino de sexualidades no âmbito escolar, e as ações a se tomar diante de casos de violência por orientação sexual dentro dos limites espaciais da escola. Dentro da análise documental, é importante descrever a sua definição quanto documentação a ser explorada, então, conforme Severino (2007, p. 124):

É toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; [...] é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes de objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho. (2007, p. 124).

Ainda conforme a caracterização de pesquisa documental, existe ainda uma importância de definir os principais objetos a serem conferidos durante esse processo de consulta, conseguinte, conforme indica Severino (2007, p. 122-123):

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. (2007, p.122-123).

Dando prosseguimento nessa construção metodológica, necessariamente parte uma necessidade de definir, e posteriormente apontar outras diversas técnicas que serão utilizadas na coleta de dados desta pesquisa. Por conseguinte, por se tratar de um trabalho exploratório-descritivo, parte uma necessidade de descrever o contexto estudado, a partir de técnicas específicas de coleta de dados. A partir de então, buscando descrever a definição quanto o que venha ser uma pesquisa etnográfica e/ou de campo, Severino (2007, p. 119) busca destacar:

A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho microssocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. (2007, p. 119).

Posteriormente, constituindo uma visão de análise do objeto de estudo, é importante servir de utilização durante esse processo, a técnica de observação não participante, proporcionando ao pesquisador, uma análise empírica quanto ao objeto pesquisado. Então, conforme indica Marconi e Lakatos (2010, p. 176), “Na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora”. Dentro dessa técnica de pesquisa, busca-se constituir um processo de análise de forma passiva, somente observando o contexto da escola estudada, sem propor maiores ações de forma participativa.

Durante o andamento da pesquisa, a utilização do uso de técnicas de levantamento/coleta de dados ganhará novas formas de contato direto e/ou indireto com os participantes que se propõem a participar como interlocutores voluntários. Dentro disso, é importante atentar para a importância do uso da técnica de entrevista, sendo um método de abordagem comunicativa muito utilizada no processo de coleta de dados, principalmente quando se busca compreender as opiniões individuais e coletivas de indivíduos. Dentro desta abordagem investigativa, a entrevista pode ser definida por Marconi e Lakatos (2010, p. 178) como:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A partir da utilização desta técnica, pretende-se utilizar a entrevista de formato padronizado/estruturado, apontando a necessidade de utilizar um roteiro já pré-construído pelo pesquisador. Por meio da utilização desta técnica, se espera que sejam coletadas informações relevantes quanto ao objeto de estudo, proporcionando um momento de conversa acerca das experiências dos envolvidos no contexto escolar pesquisado. A aplicação prática desta técnica de pesquisa se dará a partir da seleção de indivíduos que se proponham, de forma voluntária, a fornecer suas informações e opiniões individuais e coletivas a partir do objeto de estudo. Seguindo o processo de identificação bibliográfica e conceitual, Marconi e Lakatos (2010, p. 180), destaca o uso da entrevista padronizada/estruturada como:

É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

Dando continuidade, busca-se analisar as disposições de tempo e espaço dos agentes que se propuserem a participar da pesquisa. Sendo assim, as entrevistas terão como foco de aplicação, os docentes⁴ que se voluntariarem a participar desse processo de pesquisa. Partindo para uma análise das aplicações dos instrumentais de pesquisa com o grupo discente da instituição – serão em maior número⁵ -, pretende-se realizar a aplicação de questionários estruturados. Por meio deste, é possível verificar as opiniões dos envolvidos, a partir de um conjunto de questões devidamente estruturadas e, por conseguinte, compará-las entre os que se submeteram a participar desta etapa. Portanto, Severino (2007, p. 125) busca conceituar questionários como “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”.

Por fim, o processo metodológico desta pesquisa tem por objetivo coletar todos os dados que sejam fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, sendo realizado a aplicação dessas técnicas metodológicas em uma instituição de ensino médio da cidade de Redenção, Ceará. Por meio desse processo metodológico, espera-se que de fato seja possível conhecer a rotina cotidiana da instituição, e os processos de enfrentamento por parte de estudantes que sofram preconceito por questões de suas orientações sexuais, e conseqüentemente, propor ações alternativas conjuntamente com a equipe pedagógica da instituição, buscando construir, de forma efetiva, que a prática de ensino quanto as questões de sexualidades se tornem assuntos efetivos nas aulas regulares, principalmente no que diz respeito a interdisciplinaridade, sendo um assunto composto por todas as disciplinas, tornando um espaço acolhedor e de respeito a todas as diferenças.

5. CRONOGRAMA

Atividades/períodos	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
----------------------------	---------------	-----------------	----------------	-----------------

⁴ Busca-se realizar entrevistas com pelo menos 04 docentes da instituição. A escolha desse número de agentes se dá pela necessidade de analisar as condições de tempo disponível para realização da pesquisa.

⁵ Pretende-se aplicar os questionários com uma média de 10 estudantes da instituição.

Revisão de literatura	X	X	X	X
Coleta de dados	X	X		
Análise dos dados		X	X	
Elaboração do texto		X	X	
Entrega do texto final				X

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Grupo Gay. **Assassinato de LGBT no Brasil**: relatório 2016. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>.

Acesso em: 27 de maio de 2017.

BALESTRIN, P. A, SOARES, R. F. R. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. In: **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, 2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BORGES, Juliano Luis. Escola e Disciplina: uma abordagem foucaultiana. In: **Urutágua**, Maringá, v. 5, n. 5, p. 1-9, 2004.

BORGES, Z. N. et al. Percepções de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul). In: **Educar em Revista**, Curitiba, v. 27, n. 39, p. 21-38, 2011.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURO, Guacira Lopes (Orga.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre; (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional**: o silêncio está gritando. Curitiba: Appris, 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In: **Bagoas**, Natal, v. 4. n. 5, p. 18-44, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.